



À  
CODEVASF – 10ª/SR  
Pregão Eletrônico N° 90007/2025  
Processo Administrativo N° 59506. 000441/2025-20-e

## CONTRARRAZÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

O **Instituto OFC de Inovação Profissional**, CNPJ n°. 69.607.935/0001-37, sediada à Rua Alaíde Marques, n° 3219, Planalto, Teresina-PI, CEP: 64050-320, e-mail: [licitacao@institutoofc.com](mailto:licitacao@institutoofc.com), neste ato por seu representante abaixo assinado, vem até V. S.a, apresentar contrarrazão em face do recurso apresentado pela a empresa RH NORTE – ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS.

### I – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Da alegação de afronta ao princípio da isonomia devido a REQUERIDA ser uma associação sem fins lucrativos, com direito a imunidade tributária, vejamos o que dispõe o edital, em alusão ao estabelecido no art. 14 da Lei 14.133/2021:

“4.8 Não poderão disputar esta licitação:

[...]

“g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão no 746/2014-TCU-Plenário);”

**É possível notar que o edital não prevê vedação expressa para a participação de associação sem fins lucrativos.** Logo, empresas nesse formato poderiam participar da licitação, desde que atendam aos critérios estabelecidos no edital.

Na legislação vigente, existe apenas impedimento de participação em licitação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União proferiu o Acórdão n° 2.426/2020 – Plenário, no qual expediu a seguinte determinação:

---

INSTITUTO OFC DE INOVAÇÃO PROFISSIONAL  
CNPJ 69.607.935/0001-37



“9.3.3. ampliar a competitividade em certames públicos e, por conseguinte, a seleção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública, em que o objeto também possa ser atendido por instituições sem fins lucrativos, tendo em vista que inexistente norma legal que discipline, de forma indistinta, vedação de participação em processos licitatórios a essas entidades.”

Frise-se que a legalidade da participação da Instituição no certame é assegurada pela IN Seges/MP 5/2017, que autoriza a participação de instituições sem fins lucrativos nos processos licitatórios, desde que seus estatutos e objetos sociais estejam de acordo com o objeto contratado. O Tribunal de Contas da União defende o mesmo entendimento, consoante acórdão 2607/2021 – Plenário.

Vejamos agora o acórdão TCU 2969/2022:

“1.6.1. com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, dar ciência ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que a participação de entidades sem fins lucrativos em licitações é condicionada à comprovação de que os recursos provenientes das atividades tipicamente empresariais por elas desenvolvidas se destinam a suportar majoritariamente os custos com suas atividades sociais ou de ser cabível regra de equalização de propostas, com retenção dos tributos quando do pagamento à contratada, seja ela entidade sem fins lucrativos ou não, sob pena de desvirtuamento do instituto da imunidade tributária previsto no art. 150, inciso VI, 'c' da Constituição, e afronta aos princípios da isonomia e da economicidade.”

Ressaltamos que o órgão não deve proibir a participação de instituições sem fins lucrativos, mas avaliar se os recursos oriundos dessas atividades são destinados exclusivamente à execução das finalidades estatutárias da instituição, conforme estabelecido em lei. Tais atividades, portanto, integram a finalidade institucional e não configuram operações comerciais voltadas ao lucro.

A gestão de mão de obra enquadra-se perfeitamente no conceito de atividade própria da entidade, nos termos do §1º e §2º do art. 23 da Lei nº 10.865/2004 e da Instrução Normativa RFB nº 2121/2022.

Dessa forma, não há qualquer legislação que determine a imediata vedação a participação de associação sem fins lucrativos fundamentada em suposta quebra ou afronta ao princípio da isonomia.



## **II – QUANTO AO QUESTIONAMENTO DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA APRESENTADA NA NOTA EXPLICATIVA**

Não procede à alegação de vício insanável de fundamentação atribuída à Nota Explicativa apresentada pelo Instituto OFC.

A referida Nota Explicativa possui caráter meramente complementar, tendo por finalidade exclusiva facilitar a compreensão da composição da planilha de custos apresentada, não se constituindo em documento constitutivo de direito, tampouco em peça jurídica destinada a reconhecer, conceder ou declarar imunidade, ou isenção tributária.

Eventual imprecisão na menção ao dispositivo constitucional não compromete a validade da proposta, tampouco a exequibilidade dos preços apresentados, uma vez que a fundamentação jurídica da imunidade das instituições de educação e assistência social decorre diretamente da Constituição Federal, independentemente de menção expressa ou perfeita em nota acessória.

Ressalte-se que:

A Nota Explicativa não substitui a análise jurídica ou tributária formal, nem é o instrumento adequado para reconhecimento de imunidade;

A planilha de custos foi elaborada de forma objetiva, transparente e compatível com a realidade operacional da entidade;

A eventual referência equivocada a dispositivo constitucional não gera qualquer efeito prático sobre a composição dos custos nem sobre a obrigação tributária, tratando-se, quando muito, de erro material sem reflexo no mérito.

Assim, não há que se falar em fragilidade do direito alegado ou em ausência de rigor técnico capaz de macular a proposta, sobretudo porque a Nota Explicativa não é requisito de habilitação, nem fundamento exclusivo para eventual desoneração, limitando-se a cumprir função explicativa e auxiliar, sem força normativa ou decisória.

Dessa forma, a argumentação apresentada pela recorrente revela-se meramente formalista e desprovida de prejuízo concreto, não sendo suficiente para afastar a validade da proposta nem para ensejar sua desclassificação.



### **III – SOBRE A INCOMPATIBILIDADE DA ATIVIDADE COM A IMUNIDADE CONSTITUCIONAL**

Inicialmente, cumpre esclarecer o equívoco do requerente quanto à interpretação das atividades desenvolvidas pelo Instituto OFC, uma vez que tais ações decorrem diretamente de sua finalidade institucional, estando plenamente alinhadas ao seu objeto social, às normas estatutárias e ao regime jurídico aplicável às entidades sem fins lucrativos. As referidas ações possuem natureza educacional, social, técnica e de apoio ao desenvolvimento institucional, sendo concebidas para atender ao interesse público e coletivo, sem finalidade lucrativa, distribuição de resultados ou qualquer desvio de finalidade. Trata-se, portanto, de iniciativas legítimas, regulares e juridicamente amparadas, que materializam a missão institucional do Instituto e evidenciam sua atuação contínua, organizada e comprometida com os objetivos que justificam sua existência.

Ademais, as ações institucionais serão devidamente demonstradas por meio de registros fotográficos, os quais evidenciam, de forma objetiva e material, a execução prática das atividades desenvolvidas, a participação dos beneficiários, a estrutura organizacional empregada e o alcance social das iniciativas promovidas pelo Instituto OFC. Tais registros constituem meio idôneo de comprovação, amplamente aceito no âmbito administrativo, reforçando a veracidade, a transparência e a efetividade das ações realizadas, afastando qualquer dúvida quanto à sua legitimidade, aderência à finalidade estatutária e observância ao interesse público.

Encaminhamos, a baixo, o certificado do CMDCAT (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente):



Certificado do CMDCAT (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente)

INSTITUTO OFC DE INOVAÇÃO PROFISSIONAL  
CNPJ 69.607.935/0001-37



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
Secretaria de Qualificação Emprego e Renda

#### DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA ENTIDADE QUALIFICADORA

Declaramos que a entidade qualificadora INSTITUTO OFC, CNPJ 69.607.935/0001-37 está cadastrada no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - CNAP e habilitada desde 07/11/2025 a 07/11/2029 para fins de comprovação de atendimento aos requisitos da Portaria/MTE nº 3.872, de 21 de dezembro de 2023 e demais normativos relacionados.

Esta declaração NÃO substitui as exigências para fins de licitação previstas no artigo 30 da Lei nº 8.666/93.

Brasília, 07 de novembro de 2025.

Departamento de Políticas de Trabalho para a Juventude

Nº Protocolo: 308820.6423468/2025

Habilitação no Ministério do Trabalho e Emprego como Entidade Qualificadora no  
Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional(CNAP)

INSTITUTO OFC DE INOVAÇÃO PROFISSIONAL  
CNPJ 69.607.935/0001-37





### Projeto QualiFica – Curso de Assistente Administrativo

- **Objetivo:** Promover a qualificação, o crescimento pessoal e socialização de adolescentes, jovens e adultos no conhecimento na área de assistente administrativo, a fim de aumentar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.
- **Período:** Abril a junho de 2025



Importante destacar que a criação e execução dessas ações não descaracterizam a natureza jurídica do Instituto OFC, tampouco afastam as imunidades e prerrogativas legais que lhe são asseguradas pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional. Ao contrário, reforçam o cumprimento de sua função social, demonstrando efetividade, impacto e coerência entre finalidade estatutária e prática institucional. Qualquer tentativa de desqualificar tais ações, sob argumento meramente formal ou interpretativo, incorre em excesso de formalismo, desprovido de fundamento

INSTITUTO OFC DE INOVAÇÃO PROFISSIONAL  
CNPJ 69.607.935/0001-37



legal e contrário aos princípios da razoabilidade, da finalidade pública e da segurança jurídica, não devendo prosperar no âmbito da análise administrativa ou jurídica.

Juntamente com os documentos que acompanham a proposta foi anexado o Documento de Apresentação, onde consta todas as nossas ações sociais, projetos e cursos.

### Projeto Escola de Culinária Pimenta do Reino

- **Objetivo:** Promover a qualificação, o crescimento pessoal e socialização de jovens e adultos por meio do ensino na área de gastronomia, visando ampliar suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho.
- **Período:** Março a julho de 2025



INSTITUTO OFC DE INOVAÇÃO PROFISSIONAL  
CNPJ 69.607.935/0001-37





### Projeto QualiFica – Curso Assistente de Recursos Humanos

- **Objetivo:** Promover a qualificação, o crescimento pessoal e socialização de adolescentes, jovens e adultos no conhecimento na área de assistente de recursos humanos, a fim de aumentar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.
- **Período:** Junho a agosto de 2025



### IV – DA IRREGULARIDADE NA DESONERAÇÃO DA FOLHA (LEI 12.546/11)

Inicialmente, cumpre esclarecer o equívoco do requerente quanto à interpretação da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), uma vez que, para o setor da Construção Civil, o percentual aplicável no exercício de 2025

INSTITUTO OFC DE INOVAÇÃO PROFISSIONAL  
CNPJ 69.607.935/0001-37



corresponde a 3,6% incidente sobre a receita bruta, nos termos da Lei nº 12.546/2011, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.973/2024. Ressalte-se que, até o exercício de 2024, a alíquota integral da CPRB aplicável ao referido setor era de 4,5%, tendo sido ajustada em razão do novo regime legal de transição instituído pelo legislador.

Com a instituição da reoneração gradual da folha de pagamento, as empresas que optarem pelo regime da desoneração em 2025 passam a recolher, cumulativamente, 5% de INSS patronal sobre a folha de salários, bem como 80% da alíquota original da CPRB, o que resulta na aplicação efetiva de 3,6% sobre a receita bruta (correspondente a 80% de 4,5%). Tal sistemática decorre de expressa previsão legal e reflete o modelo de transição adotado pelo legislador, não se tratando de opção discricionária do contribuinte.

Dessa forma, o percentual informado encontra-se juridicamente fundamentado, atendendo integralmente à legislação vigente e ao cronograma de reoneração escalonada previsto até o ano de 2028, garantindo segurança jurídica, previsibilidade tributária e conformidade com o ordenamento legal aplicável ao setor da Construção Civil.

Período de Apuração	Alíquota INSS RB Sistema	Alíquota INSS RB Transição que será calculada	INSS Empresa calculado na Folha de Pagamento
2025*	1,00%	0,80%	5%
	1,50%	1,20%	
	2,00%	1,60%	
	2,50%	2,00%	
	3,00%	2,40%	
	4,50%	3,60%	
2026*	1,00%	0,60%	10%
	1,50%	0,90%	
	2,00%	1,20%	
	2,50%	1,50%	
	3,00%	1,80%	
	4,50%	2,70%	
2027*	1,00%	0,40%	15%
	1,50%	0,60%	
	2,00%	0,80%	
	2,50%	1,00%	
	3,00%	1,20%	
	4,50%	1,80%	
2028 em diante	0,00%	0,00%	20%

Diante do questionamento da requerente, cumpre esclarecer que o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS possui natureza eminentemente



facultativa, constituindo-se em um benefício fiscal destinado a entidades que, por opção própria, buscam o reconhecimento como organizações atuantes nas áreas de educação, saúde ou assistência social, a fim de usufruírem de isenções previdenciárias específicas. Trata-se, portanto, de um título certificador, e não de um requisito de qualificação jurídica, técnica, fiscal ou econômico-financeira exigível de forma universal em procedimentos licitatórios.

A legislação que rege o CEBAS disciplina quem pode pleiteá-lo e quais vantagens fiscais decorrem da certificação, mas em nenhum momento o estabelece como obrigação necessária para participação em licitações, especialmente quando o edital não prevê tal exigência. Assim, o CEBAS é um benefício fiscal que pode ou não ser requerido pela entidade, de acordo com sua natureza jurídica e suas estratégias administrativas, não havendo qualquer vedação legal à participação de instituições que não possuam tal certificação.

Dessa forma, a ausência do CEBAS não configura falha, omissão ou irregularidade — sobretudo porque o edital em análise não incluiu o certificado entre os documentos obrigatórios de habilitação, tampouco o relacionou a qualquer condição de participação ou comprovação de capacidade técnica, operacional ou fiscal. Exigir documento não previsto expressamente no instrumento convocatório viola o princípio da legalidade, da vinculação ao edital e da isonomia entre os licitantes.

Acontece que, em momento algum os itens 3.1 a 3.14 exigem como “condição comprobatória” imprescindível à participação no certame o selo CEBAS. O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social é um documento concedido pelo Governo Federal a certas organizações sem fins lucrativos que atuam nas áreas de educação, assistência social e saúde, sendo documento INDIFERENTE para a presente licitação, tendo em vista não se encontrar tal exigência no edital convocatório.



## V – QUANTO AO BALANÇO PATRIMONIAL

Inicialmente, cumpre esclarecer o equívoco do requerente quanto à interpretação do balanço patrimonial apresentado, uma vez que o referido demonstrativo corresponde a período anterior à alteração da natureza jurídica da entidade, quando esta ainda se constituía como sociedade empresária do tipo LTDA, operando sob a denominação TERRAS. À época de sua elaboração, o balanço refletia fielmente a realidade contábil, patrimonial e financeira da empresa então existente, encontrando-se em plena conformidade com a legislação societária e contábil aplicável ao regime jurídico vigente naquele momento.

Cumpre destacar que, em julho de 2024, foi regularmente promovida a alteração da denominação social e da natureza jurídica, ocasião em que a empresa TERRAS passou a se constituir como INSTITUTO OFC, com novo enquadramento jurídico, estatutário e institucional, devidamente formalizado perante os órgãos competentes. Tal transformação ocorreu em estrita observância à legislação aplicável, não se tratando de criação de nova entidade, mas de continuidade jurídica e patrimonial, com reorganização da forma de atuação e dos objetivos institucionais.

Nesse contexto, a alteração da natureza jurídica não invalida, nem descaracteriza, os registros contábeis pretéritos, os quais permanecem plenamente válidos para fins históricos, comprobatórios e de rastreabilidade patrimonial. As demonstrações contábeis refletem a realidade econômica existente à época de sua elaboração, devendo ser analisadas segundo o princípio da competência, da continuidade e da fidedignidade da informação contábil, amplamente consagrados pela legislação societária e pelas normas contábeis vigentes.



Ressalte-se, ainda, que eventual comparação isolada entre demonstrações de períodos distintos, sem a devida consideração da evolução jurídica da entidade, configura interpretação inadequada dos documentos apresentados, pois desconsidera o contexto normativo e temporal em que foram produzidos. Não há, portanto, qualquer irregularidade, omissão ou inconsistência capaz de comprometer a legitimidade do INSTITUTO OFC, tampouco a regularidade de sua atuação, sendo indevida qualquer conclusão que pretenda imputar fragilidade jurídica ou contábil com base em leitura dissociada da realidade fática e documental.

## **DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, restou amplamente demonstrado que o recurso interposto não apresenta fundamentos jurídicos ou fáticos capazes de infirmar a decisão administrativa, limitando-se a alegações formais, desprovidas de comprovação de ilegalidade, prejuízo à isonomia, à competitividade ou à regularidade do certame. A decisão do Pregoeiro observou rigorosamente o edital e a legislação vigente, aplicando corretamente os princípios que regem as licitações públicas.

Assim, requer-se:

- O não conhecimento do recurso, por ausência de fundamentos idôneos e aptos a desconstituir a decisão recorrida;
- Subsidiariamente, o total desprovimento do recurso, por inexistirem irregularidades na proposta ou na habilitação do Instituto OFC;
- A manutenção integral da decisão do Pregoeiro, que reconheceu a regularidade da documentação e da proposta apresentada;
- A confirmação do Instituto OFC como vencedor do certame, por atender plenamente às exigências editalícias e legais;

---

INSTITUTO OFC DE INOVAÇÃO PROFISSIONAL  
CNPJ 69.607.935/0001-37





- A preservação da segurança jurídica, da razoabilidade, do formalismo moderado e da finalidade pública, com o regular prosseguimento do procedimento licitatório até a adjudicação e homologação em favor do Instituto OFC.

Nesses termos, pugna-se pelo integral acolhimento da decisão administrativa já proferida, como medida de justiça e estrita observância ao ordenamento jurídico.

Teresina-PI, 6 de jan. de 2026

INSTITUTO OFC DE INOVAÇÃO PROFISSIONAL

  
\_\_\_\_\_  
**André Fabrício Araújo Paixão**

Presidente

Instituto OFC de Inovação Profissional

André Fabrício Araújo Paixão

CPF: 009.495.373-22

INSTITUTO OFC DE INOVAÇÃO PROFISSIONAL  
CNPJ 69.607.935/0001-37